

ANÁLISE DE GÊNEROS HOJE *

Vijay K. Bhatia

Tradução de Benedito Gomes Bezerra

Resumo

A análise de gêneros, como estudo do comportamento lingüístico em contextos acadêmicos ou profissionais, tem se tornado extremamente popular nos últimos anos, despertando amplo interesse entre pesquisadores de diversas áreas teóricas e aplicadas. Este artigo apresenta um panorama da teoria de análise de gêneros, identificando os aspectos comuns a suas principais vertentes e discutindo algumas das importantes questões levantadas pela literatura recente. A conclusão trata das implicações dessas questões para o desenvolvimento posterior da teoria e para sua aplicação no ensino.

Palavras-chave: gênero; análise de gêneros; integridade genérica; práticas discursivas.

Abstract

Genre analysis, as a study of linguistic behavior in academic or professional settings, has become extremely popular in the last few years, causing an increasing interest among researchers in several theoretical and applied areas. This paper presents a survey of genre analysis theory, identifying aspects in common in its main trends and discussing some important questions raised by the recent literature. The conclusive section deals with the implications of these questions to a subsequent development of the theory and to its application in teaching.

Keywords: genre; genre analysis; generic integrity; discursive practices.

I. INTRODUÇÃO

Embora seja um desenvolvimento relativamente recente no campo dos estudos aplicados do discurso, a análise

de gêneros tem se tornado extremamente popular nos últimos anos. O interesse pela teoria dos gêneros e suas aplicações não se restringe mais a um grupo específico de pesquisadores de uma área em particular ou de um setor qualquer do globo terrestre, mas cresceu a ponto de assumir uma relevância muito mais ampla do que jamais foi imaginado. Candlin (1993) indaga com propriedade:

O que há com o termo e com a área de estudos que ele representa, para que atraia tanta atenção? O que lhe permite agrupar sob o mesmo abrigo terminológico críticos literários, retóricos, sociólogos, cientistas cognitivistas, especialistas em tradução automática, lingüistas computacionais e analistas do discurso, especialistas em Inglês para Fins Específicos e professores de língua? O que é isso que nos permite reunir sob o mesmo rótulo publicitários, especialistas em comunicação empresarial e defensores do Inglês Comum? (Candlin, 1993).

“Claramente, trata-se de um conceito que encontrou seu momento oportuno”, aponta ele. Há atrativos óbvios nos diferentes modos como o termo tem sido utilizado na literatura recente. A própria natureza da estruturação genérica é multidisciplinar. A teoria dos gêneros leva a análise do discurso da descrição para a explanação da língua, tentando freqüentemente responder a questão: *Por que os membros de comunidades discursivas específicas usam a língua da maneira como fazem?* A resposta não leva em consideração somente fatores sócio-culturais, mas também fatores cognitivos, tentando, dessa forma, esclarecer não apenas os propósitos comunicativos da comunidade discursiva em questão, mas também as estratégias cognitivas empregadas por seus membros para atingir esses propósitos. Esse aspecto tático da construção do gênero, sua interpretação e uso, provavelmente é um dos fatores mais significativos a con-

* BHATIA, Vijay K. Genre analysis today. *Revue Belge de Philologie et d'Histoire*, Bruxelles, 75:629-652. 1997. [Tradução: Benedito Gomes Bezerra]

correr para sua popularidade atual no campo dos estudos do discurso e da comunicação. Uma das desvantagens de tal popularidade é que quanto mais popular um conceito se torna, mais variações de interpretação, orientação e estruturação são encontradas na literatura existente. Os analistas do discurso interessados na teoria dos gêneros encontram-se presentemente numa situação algo similar a essa.

Neste artigo, gostaria de elucidar a teoria da análise de gêneros, a fim de ver o que é comum em suas várias manifestações, identificar algumas das questões importantes levantadas na literatura recente e discutir as implicações dessas questões para o desenvolvimento posterior da teoria e para sua aplicação no ensino e aprendizagem de línguas.

II. ANÁLISE DE GÊNEROS

Análise de gêneros é o estudo do comportamento lingüístico situado em contextos acadêmicos ou profissionais, seja qual for o modo como é encarado; quer em termos de *tipologias de ações retóricas*, como em Miller (1984) e Berkenkotter e Huckin (1995); *regularidades de processos sociais gradativos e orientados para uma meta*, como em Martin, Christy e Rotery (1987) e Martin (1993); ou *consistência de propósitos comunicativos*, como em Swales (1990) e Bhatia (1993). A teoria de gêneros, a despeito dessas orientações aparentemente diversas, apresenta uma considerável base comum. Embora eu quisesse resistir à tentação de demonstrar exaustivamente os pontos comuns nessas diferentes abordagens, é preciso apontar alguns dos traços mais importantes que as caracterizam. O primeiro é a ênfase no *conhecimento convencional*, que confere a cada gênero sua *integridade*. As três abordagens igualmente reputam esse aspecto como central para qualquer forma de descrição genérica. O segundo é a *versatilidade da descrição dos gêneros*, e o terceiro, embora possa parecer algo contraditório em relação ao primeiro, é a *tendência para a inovação*, advinda da natureza essencialmente dinâmica do gênero. Deixe-me reforçar esses três aspectos da teoria de gêneros.

II.1. Conhecimento convencional

Os gêneros se definem essencialmente em termos do uso da linguagem em contextos comunicativos convencionados, que dá origem a conjuntos específicos de propósitos comunicativos para grupos sociais e disciplinares especializados que, por sua vez, estabelecem formas estruturais relativamente estáveis e, até certo ponto, impõem restrições quanto ao emprego de recursos léxico-gramaticais. Como indiquei anteriormente, pelo menos três aspectos convencionais interrelacionados têm se destacado na literatura sobre gêneros, e todos eles são cruciais para nossa discussão: (a) recorrência de situações retóricas, (b) propósitos comunicativos compartilhados e (c) regularidades de organização estrutural.

O primeiro aspecto é mais ou menos relacionado diretamente ao contexto sócio-cultural e situado em culturas disciplinares específicas. A fim de identificar situações retóricas típicas, pode ser necessário caracterizar os aspectos relevantes do contexto sócio-retórico em que um dado evento comunicativo acontece. Uma boa e adequada compreensão da situação retórica típica leva à identificação do(s) propósito(s) comunicativo(s) mutuamente compartilhado(s) por participantes tipicamente associados a uma comunidade discursiva em particular. Os propósitos comunicativos compartilhados estão, dessa forma, imbricados dentro do contexto retórico relevante. Levando isso um pouco adiante, em direção às formas lingüísticas, é possível identificar regularidades típicas de formas estruturais e organizacionais que freqüentemente delinham um construto genérico. Conseqüentemente, para certos propósitos aplicados, especialmente o ensino de línguas, o conceito de situação retórica talvez seja o mais geral, responsável pela necessária estrutura dentro da qual podem ser localizados os propósitos comunicativos, que por sua vez se percebem nos usos mais ou menos típicos de formas léxico-gramaticais e discursivas. Para o estudo dos gêneros, especialmente para os propósitos da lingüística aplicada, todos os três níveis interrelacionados de descrição genérica são importantes. Até esse ponto, não vejo qualquer tensão entre essas assim chamadas abordagens conflitantes. De fato, elas parecem complementar-se mutuamente, fornecendo não só um suporte teórico útil, mas também a validação necessária à desconstrução dos construtos genéricos. A noção de propósito comunicativo parece ser mais central à teoria de gêneros, por um lado, por estar inserida em contextos retóricos específicos e, por outro lado, por determinar, invariavelmente, escolhas específicas de formas estruturais e léxico-gramaticais.

Outro ponto importante a notar nas três orientações é a ênfase, comum a todas elas, em certos traços específicos da descrição de gêneros, seja em termos de recorrência, compartilhamento ou regularidades, cada um deles destacando aspectos convencionais da construção e interpretação de gêneros. Seja qual for o modo de abordagem (veja Jamieson: 1973; Swales: 1990; Miller: 1984; Martin: 1985; Dudley-Evans: 1986; Bhatia: 1993 e 1994), o denominador comum têm sido sempre os aspectos convencionalizados, institucionalizados e permissíveis (de preferência a aspectos criativos, inovadores e exploráveis) da construção dos gêneros. Isso também é perfeitamente compreensível. Como sustenta Swales (1990), gêneros não são criados da noite para o dia. Eles se desenvolvem por um certo período e não são reconhecidos até que se tornem bastante padronizados. Nesse contexto, a teoria de gêneros tem posto uma forte ênfase nos aspectos institucionalizados da construção e interpretação de gêneros.

Fairclough (1989, p.59) ilustra a importância das convenções examinando o encontro médico entre um ginecologista e sua paciente. Freqüentemente, o ginecologista preci-

sa tranquilizar a paciente, com uma voz gentil e suave, no momento do exame interno: “relaxe o máximo possível, se- rei o mais delicado que puder”. Com muita razão, Fairclough pergunta: “o que, neste breve encontro, permite à paciente interpretá-lo como um encontro médico e não um encontro sexual?” Como resposta, ele aponta:

... as limitações próprias do contexto das consultas ginecológicas são da maior relevância para garantir que o encontro seja realmente um encontro médico... tais consultas somente podem ser legitimamente realizadas em um “espaço médico” – um hospital ou consultório – que implica a presença de uma parafernália médica completa, que ajuda a legitimar o encontro.

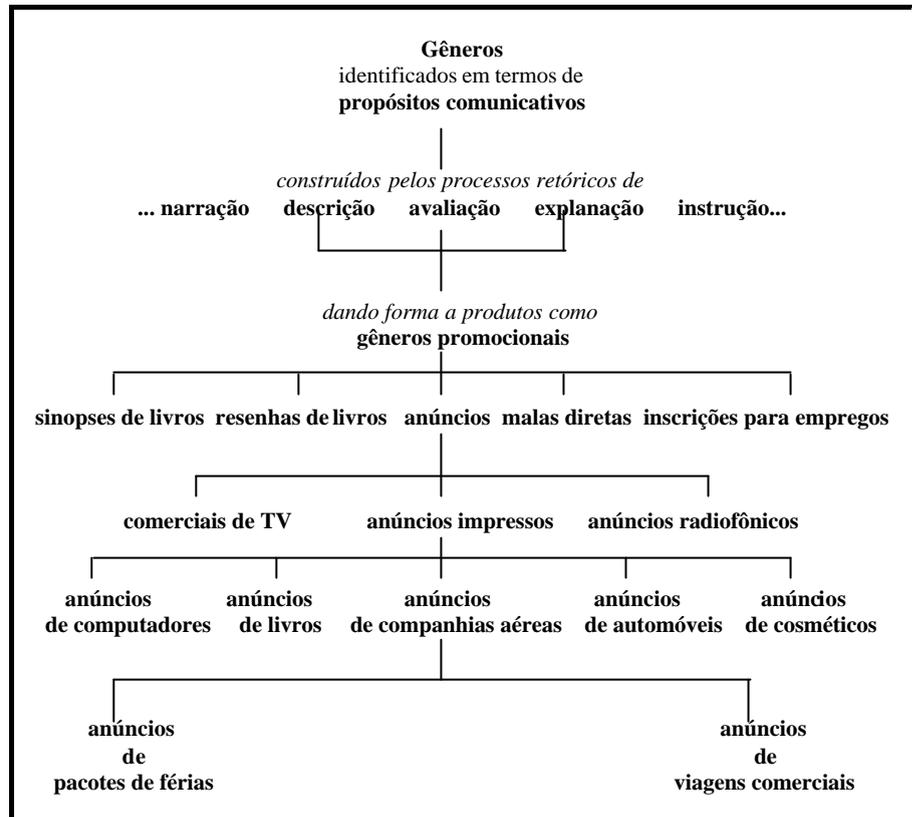
Qualquer tentativa de negligenciar, ignorar ou solapar o poder das convenções próprias de tais encontros pode ocasionar conseqüências desastrosas. Obviamente, as convenções genéricas são de grande utilidade em manter a atmosfera comunicativa e a ordem social desejáveis nas comunidades profissionais civilizadas.

II.II. Versatilidade genérica

O segundo aspecto mais importante da teoria de gêneros é sua versatilidade, que opera em vários níveis. Trata-se de um modelo teórico para detalhar o relacionamento entre (a) texto e contexto em sentido estrito; (b) *o uso que as pessoas fazem da linguagem e o que torna isso possível*, especialmente no contexto de culturas disciplinares específicas; e (c) língua e cultura, em sentido amplo.

Pode-se ver a versatilidade da descrição lingüística baseada em gêneros em vários níveis da descrição de gêneros. Usando como critério privilegiado o propósito comunicativo ligado a uma situação retórica específica, a teoria de gêneros combina as vantagens de uma visão mais geral dos usos da língua, por um lado, com sua realização bem específica, por outro (Swales: 1990, p. 58; Bhatia: 1993). Nesse sentido, a análise de gêneros é realmente estreita em seu foco e ampla em sua visão. O próprio conceito de propósito comunicativo é muito versátil. Por um lado, ele pode ser identificado em um nível realmente alto de generalização, enquanto, por outro lado, pode ser limitado a um nível bem específico. Igualmente, tanto pode haver um único propósi-

to comunicativo como um bem detalhado conjunto de propósitos comunicativos. Dependendo do nível de generalização e detalhamento em que o propósito comunicativo é especificado, pode-se chegar à condição de identificar o status de um gênero em particular, bem como o uso que ele faz das convenções genéricas. Vou fundamentar melhor isso tomando como exemplo o que é comumente chamado de discurso promocional (veja o diagrama).



Níveis de Descrição Genérica

Embora os gêneros sejam identificados essencialmente em termos dos propósitos comunicativos aos quais tendem a servir, esses propósitos comunicativos podem ser caracterizados em diferentes níveis de generalização. Eles podem ser vistos em termos de uma combinação de processos retóricos, que também podem ser considerados como valores genéricos primários. Halliday e seus seguidores, trabalhando dentro de uma orientação sistêmica da descrição de gêneros, têm aplicado essa noção, com bastante sucesso, ao ensino de gêneros no nível escolar (ver Reid: 1987). No caso dos gêneros profissionais, sempre é possível postular diversos níveis de generalização. Considerando o caso dos gêneros promocionais, encontramos, no nível mais alto de generalização, o “discurso promocional na forma de uma constelação de gêneros intimamente relacionados, dotados do mesmo propósito comunicativo de promover um produto ou serviço para um cliente potencial. Como exemplos comuns de gêneros promocionais podem-se incluir anún-

cios, cartas promocionais, inscrições para empregos (no sentido de que seu propósito também é vender os serviços do candidato a um empregador potencial, cf. Bhatia: 1993), sinopses de livros, panfletos comerciais, panfletos turísticos e vários outros. Todos esses e muitos outros exemplos desse tipo apresentam um alto grau de superposição no propósito comunicativo a que procuram atender e essa é a principal razão por que são vistos como parte de uma colônia discursiva intimamente relacionada, servindo mais ou menos a um propósito promocional comum, a despeito do fato de que alguns podem também apresentar diferenças sutis em sua realização. É ainda possível ver cada um desses gêneros, e.g., os anúncios, em um nível mais baixo de generalização e fazer distinções entre suas realizações mais específicas. Exemplos óbvios incluirão anúncios impressos, comerciais de TV, anúncios radiofônicos e outros. As diferenças entre esses gêneros são pouco discerníveis em termos de propósitos comunicativos e mais em termos do meio de discurso e portanto pertencem, como gêneros, à mesma categoria geral popularmente conhecida como anúncios. Indo um passo adiante, considerando agora somente os anúncios impressos, ainda é possível encará-los em termos de categorias como anúncios diretos, anúncios com associação de figuras e legendas, anúncios baseados na imagem, homenagens, falsos gêneros, etc. (Kathpalia: 1992). Seja qual for a subcategoria, todos esses anúncios servem ao mesmo conjunto de propósitos comunicativos, embora a maioria deles utilize estratégias diferentes para promover o produto ou serviço. Anúncios diretos geralmente usam a “avaliação do produto” como principal estratégia persuasiva, enquanto anúncios baseados em imagem apoiam-se mais especificamente no estabelecimento de credenciais como fonte principal de convencimento. Outra diferença encontrada no uso dos recursos lingüísticos é que alguns tipos apoiam-se em estratégias verbais (anúncios diretos utilizando a avaliação do produto), enquanto outros, e.g., os anúncios do tipo figura-mais-legenda, concentram-se mais em estímulos visuais. Mais uma vez, é possível tomar os anúncios diretos e diferenciá-los em termos do uso de recursos lingüísticos para avaliação do produto, ou talvez em termos do tipo de produto que anunciam, ou mesmo em termos do público a que se dirigem. Em cada caso, estamos certos de que encontraremos diferenças sutis no uso de estratégias para descrição, avaliação ou diferenciação do produto e que essas diferenças eventualmente ocasionarão usos específicos dos recursos lingüísticos. Mas o interessante é que todas essas variações somente se tornam gêneros diferentes no momento em que começam a indicar uma diferença substancial nos propósitos comunicativos.

O interessante na teoria de gêneros é que, caso se utilize a situação retórica ou o propósito comunicativo como critério privilegiado, isso implica que, enquanto o propósito comunicativo permanece o mesmo, os textos em questão são identificados como gêneros intimamente relacionados.

À medida em que nos movemos do nível mais alto para os níveis mais baixos de generalização, precisamos definir o propósito comunicativo em uma crescente ordem de especificidade e detalhamento, se desejamos realmente distingui-los como gêneros ou subgêneros. Em outras palavras, o analista de gêneros pode focar tanto as semelhanças como as diferenças entre vários membros de uma colônia de gêneros. Se o interesse é focar as sutilezas do gênero, ele ou ela terá que definir os propósitos comunicativos em um nível propriamente mais baixo de especificidade; se o interesse é distinguir uma variedade de realizações específicas de gêneros de certo modo similarmente relacionados, ele ou ela precisará especificar os propósitos comunicativos em um nível mais alto de generalidade.

II.III. Integridade genérica x tendência para a inovação

Nas seções anteriores, tentei enfatizar que os gêneros podem ser vistos como o resultado das práticas discursivas convencionadas e institucionalizadas de comunidades discursivas específicas. É esse conhecimento convencionado do modo como os gêneros são construídos, interpretados e usados dentro das comunidades discursivas específicas que confere a seus membros reconhecidos uma vantagem sobre outros que são estranhos. Em outras palavras, é esse conhecimento das convenções genéricas que ajuda os profissionais experientes a identificá-las (Bhatia: 1993). Contudo, é interessante notar que, embora os gêneros sejam tipicamente associados a contextos retóricos recorrentes e sejam identificados com base em propósitos comunicativos compartilhados, com restrições a possíveis contribuições no uso de formas discursivas e léxico-gramaticais, eles são construídos dinamicamente. Berkenkotter e Huckin (1995) ressaltam que

... gêneros são estruturas retóricas inerentemente dinâmicas que podem ser manipuladas de acordo com as condições de uso, e que o conhecimento de gêneros é, por conseguinte, melhor conceituado como uma forma de cognição situada e imbricada em culturas disciplinares.

Ênfase no aspecto convencional e na tendência à inovação: esses dois traços da teoria de gêneros parecem ter um caráter contraditório. Uns tendem a ver o gênero como um evento textual retoricamente situado, altamente institucionalizado, possuindo aquilo que chamei em outro lugar de “integridade genérica” (Bhatia: 1993); por outro lado, também se atribui aos gêneros uma tendência natural à inovação e à mudança, que freqüentemente é explorada pelos membros experientes da comunidade especializada na criação de novas formas para responder a contextos retóricos familiares ou nem tão familiares assim. Isso confere à maioria dos gêneros um tipo de complexidade dinâmica que

freqüentemente se atribui ao uso de recursos multimídia, à explosão de tecnologia informacional, aos contextos multidisciplinares no mundo do trabalho, ao ambiente profissional crescentemente competitivo (tanto acadêmico como empresarial) e, acima de tudo, à necessidade de criatividade e inovação na comunicação profissional.

Os gêneros se situam tipicamente em contextos sócio-retóricos específicos e, dessa forma, modelam futuras respostas retóricas a situações similares; eles sempre foram vistos como “lugar de contenda entre a estabilidade e a mudança” (Berkenkotter e Huckin: 1995, p. 6). Pode acontecer que alguém seja chamado a responder a uma necessidade sócio-cognitiva em transformação, o que exigirá dele a negociação da resposta à luz das convenções reconhecidas e estabelecidas, uma vez que os gêneros de fato mudam através dos tempos, em resposta a necessidades sócio-cognitivas cambiantes. Essa habilidade em responder a novos contextos retóricos com base no conhecimento genérico estabelecido também confere considerável liberdade tática aos membros especializados da comunidade discursiva em questão, podendo manipular recursos e convenções genéricas “para expressar intenções particulares dentro da estrutura dos propósitos comunicativos socialmente reconhecidos” (Bhatia: 1993). Contudo, como ressalta Bhatia (1995),

As convenções de gênero são freqüentemente exploradas pelos membros experientes das comunidades discursivas para criar novas formas; contudo, tal liberdade, inovação, criatividade e exploração, seja como for que a chamemos, invariavelmente se realiza antes dentro do que fora das fronteiras do gênero, seja como for que estas sejam estabelecidas, em termos de recorrência de situações retóricas (Miller, 1984), consistência de propósitos comunicativos (Swales, 1990 e Bhatia, 1993) ou combinação de elementos estruturais obrigatórios (Halliday e Hasan, 1985). A inovação nunca é uma atividade completamente livre. A natureza da manipulação do gênero é realizar-se invariavelmente dentro dos limites amplos dos gêneros específicos e ser, freqüentemente, muito sutil. A negligência explícita a essas convenções genéricas implicará o abandono do gênero e será vista como estranha pela comunidade especializada.

Tal é o poder do gênero, ao qual voltaremos nas últimas seções deste artigo. Contudo, neste estágio, gostaria de tratar das complexidades do mundo profissional e discutir como a teoria de gêneros pode lidar com essa realidade.

III. MISTURA E IMBRICAÇÃO DE GÊNEROS

No clima acadêmico e profissional competitivo de hoje, os gêneros raramente mantêm valores estáticos. Esses valores são cada vez mais explorados pelos profissionais experientes para criar gêneros mais híbridos, especialmente como resultado da natureza fortemente compulsiva das atividades promocionais e publicitárias. Não surpreende que

o presente mundo dos negócios seja cada vez mais identificado com uma “cultura consumista” (Featherstone: 1991). O resultado inevitável é que muitos dos gêneros institucionalizados, quer sejam sociais, profissionais ou acadêmicos, têm incorporado elementos promocionais. Fairclough (1993, p. 141), referindo-se a tais mudanças nas práticas discursivas, aponta:

... há uma completa reestruturação de fronteiras entre as ordens do discurso e as práticas discursivas; por exemplo, o gênero do anúncio ao consumidor tem colonizado muitas ordens do discurso profissional e do serviço público em larga escala, gerando uma diversidade de novos gêneros híbridos parcialmente promocionais...

Como exemplo de tais gêneros híbridos, Fairclough (1993) discute o caso dos prospectos universitários contemporâneos, em que ele destaca uma crescente tendência ao uso do marketing nas práticas discursivas das universidades britânicas. Martin (1985, p.250) afirma corretamente que “...gênero diz respeito a como as coisas são feitas quando a linguagem é usada para executá-las”. Como as demandas por práticas comunicativas se tornam cada vez mais complexas, os profissionais experientes começam a responder às novas situações retóricas utilizando estratégias estabelecidas e, mais freqüentemente, muitas estratégias inovadoras para atingir uma variedade de objetivos complexos.

Esse processo de exploração dos valores genéricos estabelecidos para criar construtos genéricos mistos ou imbricados é sempre visto pelos membros das comunidades profissionais como taticamente superior e eficiente. A exploração de recursos genéricos para criar formas mistas ou imbricadas sempre se baseia no já estabelecido dentro da comunidade profissional. É quase como a exploração publicitária do clichê *the shape of things to come* na frase de abertura do seguinte comercial de automóvel:

“*The shape of cars to come: Mitsubishi Cordia.*”

Ou o uso da famosa afirmação sobre o império colonial britânico no comercial da Lufthansa, *the sun never sets on Lufthansa territory*, ou no seguinte slogan pela economia de energia, *don't be fuelish*, em que a idéia de desperdício de energia se perde completamente se não for associada a “don't be foolish”. O aspecto decisivo em tais associações é que elas comunicam melhor no contexto do que já é familiar. Em tais contextos, as palavras por si só não portam significados; é a experiência que lhes confere o efeito desejado. Por conseguinte, no momento em que há um desvio radical da experiência original, o efeito pode se perder. Mais uma vez, se não houver familiaridade com o original, o valor da inovação se enfraquece. Assim como o publicitário faz uso do já sabido e familiar no conhecimento existente, o escritor de gêneros hábil utiliza o que é convencionalmente

disponível em uma comunidade discursiva para promover seus próprios e sutis objetivos. A inovação, a criatividade e a exploração somente se tornam efetivas no contexto do já disponível e familiar. Como Fowler diz,

O escritor é convidado a combinar experiência e forma em um modo específico mas indeterminado. Aceitar o convite não resolve seus problemas de expressão... Mas lhe dá acesso a idéias formais sobre como um conjunto de constituintes pode ser apropriadamente combinado. (Fowler: 1982, p.31)

De fato, a noção de criatividade é a própria essência da definição dos gêneros. Essa noção está claramente implicada na definição de gênero de Swales (1990, p.58), quando ele diz que “um gênero consiste em uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham um conjunto de propósitos comunicativos”. Bhatia (1993, p.13) associa esse aspecto tático da construção do gênero a “uma exploração inteligente das convenções genéricas pelos membros experientes da comunidade profissional”, os quais combinam os propósitos comunicativos socialmente reconhecidos com suas intenções particulares. Seja qual for a explicação, os gêneros muito dificilmente servem a propósitos únicos; eles apresentam um conjunto de propósitos, mas esse conjunto muito freqüentemente torna-se um misto de propósitos *complementares*. Não será errado alegar que esses mesmos propósitos apresentam “valores genéricos”, caso se possa identificá-los separadamente. Em um gênero promocional, por exemplo, os valores genéricos “descrição” e “avaliação” são usados como uma parte das muitas estratégias persuasivas para se alcançar o efeito promocional desejado. O uso da descrição em um gênero promocional é um pouco diferente daquele que é central em uma resenha de livro. Em uma resenha, freqüentemente encontramos uma descrição mais equilibrada do livro (incorporando tanto os aspectos positivos como os negativos), enquanto no caso das sinopses promocionais de um livro, invariavelmente a descrição e avaliação positiva do livro será utilizada para se atingir o efeito persuasivo desejado.

Na publicidade, a descrição parcial e a avaliação positiva do produto são sempre preferidas, mesmo quando a lei exige do anunciante uma descrição equilibrada, como no caso da propaganda de cigarros ou, mais recentemente, nos anúncios de investimentos financeiros, casos em que freqüentemente se encontram em letras pequenas advertências como “fumar cigarros é prejudicial à saúde” ou “os preços e rendimentos das ações podem tanto descer como subir; o desempenho passado não é garantia de retorno no futuro”.

Os gêneros, nesse sentido, possuem uma tendência natural à imbricação e à mistura, pelo fato de que a maioria dos gêneros apresenta mais de um valor genérico (ver Bhatia:

1995). O seguinte exemplo de anúncio de emprego (ver abaixo), por exemplo, apresenta dois valores genéricos diferentes mas complementares.

O trecho de abertura, de “A Scitex Corporation Ltda é líder mundial...” até o fim do primeiro parágrafo, terminando em “...pela comercialização e assistência ao cliente”, representa uma introdução promocional (descrição e avaliação positiva) muito típica da literatura promocional. A grande maioria das cartas promocionais começa com tais aberturas, tentando estabelecer as credenciais da empresa. É verdade que tais frases de abertura não são incomuns em anúncios de empregos; contudo, a questão nesse caso é mais o tamanho do movimento e não sua presença ou ausência. Além disso, compare-se o espaço dedicado à descrição do emprego, que é o principal propósito comunicativo do anúncio. Pode haver muitas explicações para a mistura desses dois valores genéricos tão intimamente relacionados. Uma boa razão para se enfatizar mais as credenciais da empresa do que a descrição do emprego pode ser que a empresa deseje atrair os candidatos capitalizando sobre sua própria reputação. Outra razão pode ser que a empresa não queira revelar exigências específicas do emprego em questão, mantendo dessa forma todas as iniciativas sob seu inteiro controle. Uma terceira razão poderia ser que a empresa, não tendo em mente uma especificação detalhada do emprego, também não desejasse fazer um anúncio de apenas umas quatro linhas, o que poderia refletir negativamente sobre as credenciais da empresa. Seja qual for a razão, o caso é que está havendo uma mistura de valores genéricos. Essa mistura é feita de modo que o valor genérico promocional reforça o propósito comunicativo do anúncio de emprego.

ENGENHEIROS ELETRÔNICOS (4 VAGAS)
A Scitex Corporation Ltda é líder mundial em sistemas de pré-impressos eletrônicos coloridos para os mercados de editoração gráfica, impressão e publicação. A Empresa possui uma ampla série de produtos que inclui leiautes criativos e sistemas de desenho, digitalização de imagens, plataformas de trabalho para montagem e edição, provadores digitais, editores de imagens e dispositivos de comunicação. As filiais regionais nos EUA, Europa, Japão e Hong Kong são responsáveis pela comercialização e assistência ao cliente.
Nossa filial em Hong Kong abriu 4 novas vagas para engenheiros de suporte eletrônico. Os candidatos desejados devem ser graduados em Engenharia Eletrônica ou Mecânica, com a experiência mínima de 3 anos em Sistemas Eletrônicos de Alta Tecnologia.
Oferecemos ótima remuneração. Favor enviar curriculum vitae até o dia 15 de janeiro para:
Scitex Asia Pacific (H.K.) Ltd. 8/F Park Avenue Tower, 5 Moroton Terrace Causeway Bay, Hong Kong

Kathalia (1992), em detalhado estudo sobre os gêneros promocionais, resume bem a variação dos propósitos comunicativos na publicidade e defende com ênfase o poder gerativo dos gêneros.

... os variáveis propósitos comunicativos dos gêneros promocionais, como aqueles em que o objetivo é promover a empresa por trás do item anunciado, despertar a atenção de uma clientela potencial para o nome da empresa ou do produto... têm feito surgir subcategorias como... os falsos gêneros, que imitam o formato de outros gêneros... esse procedimento gerativo da criação ou desenvolvimento de gêneros é mais popular em... publicidade, uma vez que os publicitários estão constantemente competindo entre si por originalidade e inovação em um mercado inundado de marcas concorrentes de produtos e serviços e de um número igualmente grande de anúncios publicitários... (Kathpalia: 1992, p.394)

À semelhança da mistura de gêneros, como no exemplo anterior, encontramos também, na publicidade, exemplos de imbricação de gêneros, fenômeno que tem sido referido como falsos gêneros (Kathpalia: 1992), em que encontramos dois ou mais padrões genéricos imbricados um dentro do outro. Ilustro isso com o seguinte exemplo.

CONVERSA EM UM CAMPO DE GOLFE

- 1º JOGADOR: Como foi sua viagem à Indonésia?
 2º JOGADOR: Ótima. Resolvi tudo... e joguei um pouco de golfe.
 1º JOGADOR: Ouvi dizer que os negócios estão em alta, lá.
 2º JOGADOR: É, estamos muito otimistas sobre o futuro. Abriremos um escritório em Jacarta mês que vem.
 1º JOGADOR: Então você está investindo muito lá?
 2º JOGADOR: Bom, a empresa está. Minhas aplicações são mais líquidas. Prefiro aplicar em fundos de investimento.
 1º JOGADOR: Pensei que você tinha gostado da Indonésia.
 2º JOGADOR: E gostei. Eu apliquei no Fundo Barclays da Indonésia. Rendeu mais de 60% nos últimos três anos*.
 1º JOGADOR: Muito bom. Você conhece alguém lá?
 2º JOGADOR: Ligue para meu contato no Barclays, Sarah Robbins, pelo fone 826-1988, ou peça ajuda a seu consultor financeiro.
 1º JOGADOR: Obrigado. Farei isso. A propósito, você acabou de bater na minha bola.

* Fonte: Micropal, de 01/01/91 a 17/10/94

Prezada Sarah,

Recentemente, ouvi falar do grande desempenho do Fundo Barclays da Indonésia. Por favor, envie-me informações sobre como também posso beneficiar-me da experiência da Barclays asiática, com a pequena importância de US\$ 1,500. O número de meu cartão de crédito segue anexo. Obrigado.

HK
 IFA
 BARCLAYS

BARCLAYS
 BARCLAYS INTERNATIONAL FUND MANAGERS

Level 16, Two Pacific Place, 88 Queensway, Hong Kong
 Tel. 826 1988 Fax: 523 5128

Lembre-se de que o valor das cotas e dos rendimentos pode tanto aumentar como diminuir. O desempenho passado não indica necessariamente o desempenho futuro.

Pelo menos dois outros gêneros estão imbricados dentro do gênero anúncio publicitário. A informação principal, sobre oportunidades de investimento, é conduzida den-

tro do gênero convencional da conversação. Depois, outro gênero convencional, a carta, é usada para solicitar mais informações. Esses dois gêneros estão imbricados dentro do gênero convencional do anúncio publicitário, contendo a identificação padronizada da empresa, seu logotipo e demais detalhes. O objetivo é atrair a atenção do potencial cliente através de estratégias diferentes dos anúncios convencionais.

Algumas vezes, os publicitários podem recorrer, em um anúncio, ao uso muito sutil e inteligente de chamadas sugestivas a fim de “conduzir objetivos particulares” dentro do propósito comunicativo socialmente reconhecido de promover um produto ou serviço, como encontramos na seguinte chamada para financiamentos habitacionais:

“Flexibilidade incomum. Gerenciamento habitacional internacional do...”

A chamada pode parecer perfeitamente normal em uma situação não marcada. Contudo, no contexto local imediato, ela não é nem inocente nem direta. O anúncio apareceu um dia após o governo de Hong Kong impor controles mais rígidos sobre as instituições financeiras hipotecárias, reduzindo os limites de financiamento de propriedades particulares de 60 para 50 por cento no caso de apartamentos avaliados em mais de 5 milhões. Em face disso, é perfeitamente aceitável a estratégia convencional de oferecer serviços que se adequassem às exigências individuais dos clientes; contudo, a intenção oculta é dar aos clientes inteligentes a pista sutil de que o banco em questão é de uma “flexibilidade incomum”.

Embora seja verdade que, de todos os gêneros profissionais, os gêneros promocionais, em particular os publicitários, são os que exibem maior criatividade na construção e no uso dos recursos genéricos, os demais gêneros podem ser igualmente manipulados. Às vezes, esse tipo de criatividade e variabilidade resulta na inviabilização de tentativas de identificação do gênero. O caso dos gêneros introdutórios que freqüentemente se encontram nas páginas iniciais dos livros é interessante. Os termos “introdução”, “prefácio”, “apresentação” e “agradecimentos” são todos usados na indústria editorial com um grau notável de flexibilidade, de modo que até o melhor dos dicionários desistirá de distinguir precisamente entre os três primeiros, isto é, “introdução”, prefá-

cio” e “apresentação”. Consideremos os seguintes exemplos e vejamos como os praticantes os exploram em várias trocas e combinações.

INTRODUÇÃO

A análise do discurso investiga como recortes da língua, considerados em seu contexto textual, social e psicológico integral, se tornam significativos e únicos para seus usuários... [continua discutindo sobre a área, indicando sua importância para o ensino da língua]

Este livro objetiva explicar a teoria da análise do discurso e demonstrar sua relevância prática para o ensino/aprendizagem da língua. A Parte 1 examina... a Parte 2 explora... [continua descrevendo o conteúdo do livro]

Gostaria de agradecer a várias pessoas por sua amizade e ajuda... [a introdução termina com os agradecimentos] (Cook: 1989)

PREFÁCIO

Atualmente, pode-se dizer que o maior problema que enfrentam os que planejam programas de ensino de língua estrangeira e, ultimamente, os produtores de material, no campo de Língua para Fins Específicos, é como definir de forma válida a competência comunicativa desejada... [a introdução tenta estabelecer um nicho para o livro]

Na preparação deste livro, fui influenciado, em um macro-nível, pelos escritos sociolinguísticos de Dell Hymes e Michael Halliday e, em um micro-nível, particularmente, pela obra de Henry Widdowson, David Wilkins... [a introdução termina com agradecimentos] (Munby: 1978)

APRESENTAÇÃO

Este livro, baseado nas aulas dadas no Curso Regular de Fonética da Universidade de Edimburgo, pretende introduzir o assunto como tradicionalmente entendido na Inglaterra: trata... a fonética como parte da lingüística geral... [começa descrevendo positivamente e explicando a orientação teórica do livro]

Minha dívida com os grandes foneticistas da tradição de fala inglesa – Alexander Melville Bell, Alexander J. Ellis, Henry Sweet, Daniel Jones, Kenneth Lee Pike – deve revelar-se quase em cada página. Devo agradecimentos especiais a... [a introdução termina com agradecimentos] (Abercrombie: 1967)

Os três exemplos, embora recebam nomes diferentes, mostram um grau notável de justaposição em conteúdo e intenção comunicativa, uma vez que todos começam com uma descrição positiva do livro, seguida dos agradecimentos do autor. Embora, como Swales (1990) afirma corretamente, os membros especializados das comunidades profissionais nomeiem certas classes de eventos comunicativos como gêneros, esses mesmos construtos genéricos são

frequentemente manipulados pelos membros experientes da comunidade para refletirem a realidade em transformação no mundo profissional.

IV. GÊNERO E AUTORIDADE

Nas seções anteriores deste artigo, afirmei que os gêneros derivam sua autoridade das convenções, que se baseiam na crença de que todas as formas discursivas, especialmente aquelas usadas em contextos institucionalizados, são socialmente determinadas. Como afirma Bruffee (1986, p.777), há sempre uma espécie de “consenso ou concordância” entre os membros das comunidades disciplinares específicas em estruturar o conhecimento através de formas discursivas específicas. Goodrich (1987) também explica essa institucionalização de práticas discursivas em termos de uma “autoria social”, por oposição à tradicional autoria individual.

O direito a um discurso é organizado e limitado por uma ampla variedade de meios, como papéis particulares, status, profissões e assim por diante. Semelhantemente, a institucionalização do discurso é limitada em termos de sua apropriação legítima e das situações restritivas de sua recepção – igreja, tribunal, escola, campanhas eleitorais, etc.

Foucault (1981) também vê a autoria social do discurso em termos do status institucional do falante e dos lugares institucionais a partir dos quais o falante autorizado faz seu discurso e de onde o discurso recebe sua “fonte legitimadora e ponto de aplicação”, quando diz:

Quem está falando? A quem, dentre a totalidade dos falantes individuais, é dado o direito de usar esse tipo de linguagem? Quem está qualificado para tanto? Quem retira disso sua qualidade especial, seu prestígio, e de quem, por outro lado, ele recebe, se não a segurança, pelo menos a presunção de que o que diz é verdadeiro? Qual é o status dos indivíduos que – sozinhos – têm o direito, sancionado pela lei ou pela tradição, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir tal discurso?

Como outras formas de discurso, os gêneros são socialmente construídos e, mais ainda, intimamente controlados pelas práticas sociais. Gêneros são o meio através do qual os membros de comunidades profissionais ou acadêmicas comunicam-se entre si. Os gêneros estão, como afirmam Berkenkotter e Huckin (1995),

... intimamente ligados à metodologia de uma certa disciplina, e conduzem a informação de modo a se conformarem às normas, valores e ideologia da disciplina.

Da mesma forma, Myers (1995) assevera:

As disciplinas são como culturas em que os membros possuem crenças compartilhadas e assumidas como certas; essas crenças podem ser mutuamente incompreensíveis de uma cultura para outra; são codificadas em uma língua; são incorporadas em práticas; novos membros são admitidos através de rituais. (Myers: 1995, p.5)

O consenso é alcançado e negociado por meio de práticas e diálogo profissional entre os membros instruídos e praticantes de uma comunidade profissional. A interação e o diálogo possibilitam o consenso, por um lado, e têm um efeito regulador ou limitador quanto ao que pode ou não ser admitido no conjunto do conhecimento de uma comunidade, por outro lado.

Os gêneros, deste modo, são socialmente autorizados por meio de convenções e inserem-se nas práticas discursivas dos membros de culturas disciplinares específicas. Essas práticas discursivas, em grande parte, refletem não somente as convenções utilizadas por comunidades disciplinares específicas, mas também convenções sociais, incluindo mudanças sociais, instituições sociais e conhecimento social, os quais, de certo modo, podem ser vistos como contribuições significativas para o que a teoria de gêneros chama de “conhecimento genérico”. Gêneros são produto de uma compreensão ou conhecimento prévio de convenções genéricas. Essas convenções genéricas são responsáveis por regular os construtos genéricos, atribuindo-lhes o que temos chamado de integridade genérica. Somente os membros da comunidade especializada que adquiriram o direito de apropriar-se das formas genéricas têm o poder tanto de construir, interpretar e usar os recursos genéricos como de explorá-los na criação de novas formas, misturar padrões genéricos e também controlar as respostas dos de fora. Não há melhor ilustração do provérbio “conhecer é poder” que essa do poder genérico. O poder de usar, interpretar, explorar e inovar formas genéricas é uma função do conhecimento genérico a que somente têm acesso os membros legitimados das comunidades disciplinares.

Embora a boa compreensão do conhecimento genérico seja pré-requisito para qualquer manipulação dos recursos genéricos, ela de modo algum é suficiente para que tais inovações e explorações sejam aceitas pela comunidade disciplinar. Kress (1987) menciona dois importantes critérios pelos quais as inovações genéricas são aceitas: se elas são apoiadas ou por uma situação social estável ou por uma autoridade.

A menos... que haja uma mudança nas estruturas sociais – e no tipo de situações sociais em que os textos são produzidos – as novas formas genéricas dificilmente terão sucesso. É por isso que inovações infantis falham; não porque não sejam soluções perfeitamente plausíveis para problemas textuais/cognitivos, mas porque não são apoiadas nem por uma situação social estável nem por uma “autoridade”. Neste último caso, um es-

critor “de autoridade” cria uma nova forma genérica que, aparentemente, somente tem sucesso em estabelecer uma nova convenção genérica devido à autoridade do escritor. (Kress: 1987, p.42)

Continua ele:

Os gêneros são construtos sociais, eles são como a cultura determina que sejam. Desafiar os gêneros, portanto, é desafiar a cultura... (Dixon) e eu estamos numa posição em que podemos arriscar e talvez conseguir isso. Todavia, parece-me inteiramente inadequado pedir que outros menos capacitados carreguem esse fardo... (Kress: 1987, p.44)

Como essas comunidades disciplinares realmente mantêm o que temos chamado de integridade genérica em suas práticas discursivas? Vejamos isso em algumas das comunidades profissionais mais familiares.

IV.I. Mantendo a integridade genérica

Em algumas formas do discurso acadêmico, especialmente nos artigos de pesquisa, podem-se ver, geralmente, dois tipos de mecanismos em ação para assegurar a integridade genérica: o processo de recensão entre pares e a intervenção editorial. Ambos os mecanismos, mesmo operando em diferentes níveis, são ativamente invocados para assegurar que todos os relatos de conhecimento novo conformem-se aos padrões de comportamento institucionalizado que são esperados por uma comunidade de pares estabelecidos em uma disciplina específica. Embora possam variar os julgamentos individuais entre os membros de comunidades disciplinares específicas, muitas vezes se garante um alto grau de consenso pela seleção, em um quadro bem definido de fronteiras disciplinares, de especialistas da mesma linha de pensamento. Por exemplo, se examinarmos alguns periódicos que regularmente publicam artigos sobre análise do discurso, descobriremos que, embora todos publiquem artigos sobre vários aspectos do discurso, eles possuem comissões editoriais muito diferentes, que examinam reivindicações de relatos de conhecimento para inclusão nas respectivas revistas. Caso encontremos nomes como Cazden, Geertz, Goffman, Gumperz, Hymes, Milroy, Saville-Troike, Scollon, Tannen ou Zimmerman no comitê editorial de uma revista, podemos seguramente apostar que eles dificilmente aceitarão artigos sem uma orientação sociolinguística sobre o discurso. Artigos que tratem de outros aspectos do discurso provavelmente serão desencorajados ou mesmo rejeitados. Por outro lado, se encontramos nomes como Ackerman, Bazerman, Berkenkotter, Comprone, Doheny-Farina, Huckin, Linda Flower, Miller ou Odell, podemos esperar que artigos com uma forte orientação retórica serão bem vindos. Semelhantemente, diante de nomes como Carter, Christie, Halliday, Hasan, Kress, Martin e Rothery, chega-

remos à inevitável conclusão de que a revista favorecerá uma orientação mais sistêmica para o discurso.

Depois da recensão entre pares, a segunda intervenção mais importante vem dos editores, que desfrutam de todo o poder imaginável para manter a identidade e a integridade do gênero artigo de pesquisa. Berkenkotter e Huckin (1995) registram um estudo profundo e fascinante deste tipo de controle editorial na manutenção da integridade genérica. Esses autores afirmam que a “atividade textual” é tão importante para a construção e disseminação do conhecimento quanto a “atividade científica”.

A importância da disseminação do conhecimento como algo distinto de sua criação também recebe destaque pela importância dada, em publicações acadêmicas, à descrição de pesquisas anteriores. Para se obter aceitação pelos colegas pesquisadores da comunidade especializada, deve-se relacionar o conhecimento alegado com o conhecimento acumulado naquela disciplina, sem o que dificilmente se terá a própria contribuição à área reconhecida e publicada. Nesse contexto, não surpreende que a revisão da literatura ocupe um lugar de importância no repertório de habilidades do pesquisador na maioria das disciplinas acadêmicas. Referindo-se à importância da citação no trabalho de pesquisa científica, Amsterdamska e Leydesdorff (1989) afirmam:

No artigo científico “o novo encontra o velho” pela primeira vez. Esse encontro tem um duplo significado, uma vez que os artigos não só justificam o novo demonstrando que o resultado é assegurado por experimentação, observação ou teorização prévia, mas também situam e integram as inovações no contexto do conhecimento “velho” e aceito... As referências que aparecem no texto são a maneira mais explícita de retratar os argumentos apresentados no artigo em relação com outros textos e também, por consequência, com um tipo específico de conhecimento. (Amsterdamska e Leydesdorff: 1989, p.451)

IV.II. Mantendo a solidariedade dentro de uma comunidade profissional

Uma das características mais notáveis de qualquer comunidade discursiva acadêmica ou profissional é a disponibilidade e o uso típico de uma série de gêneros apropriados, que os membros pensam servir aos objetivos daquela comunidade. O uso recorrente de tais formas discursivas cria solidariedade entre os membros, conferindo-lhes sua arma mais poderosa para manter os estranhos a uma distância segura. Hudson (1979) corretamente argumenta:

Se alguém quisesse matar uma profissão, destruir sua união e sua força, a maneira mais eficaz seria proibir o uso de sua linguagem característica. (Hudson: 1979, p.1)

Diante disso, não surpreende que a maioria das tentativas, por poderosos lobbies reformistas, de introduzir o inglês

comum nos contextos legislativos de muitas democracias ocidentais é vista como uma imposição de fora e tem sido firmemente rejeitada pela comunidade legislativa profissional. Para tratar do contexto em que as leis são redigidas, interpretadas e usadas, precisamos adotar uma perspectiva etnometodológica e focar o gênero em seus próprios termos.

O principal propósito da legislação, como demonstra Bhatia (1993), é reger o comportamento social de indivíduos e instituições através do uso de regras e normas. A fim de manter firme o controle nas mãos do poder legislativo, e não do judiciário, em uma democracia parlamentar, os atos constitutivos são escritos não somente de forma clara, precisa e sem ambigüidades, mas também de forma toda inclusiva. Esse rigor e a adequada delimitação do alcance na legislação permite à legislatura controlar uma interpretação totalmente subjetiva e idiossincrática dos códigos legais. Essa preocupação por parte da comunidade redatora sempre foi de grande importância. Todas as demais preocupações, especialmente as relacionadas com a facilidade de compreensão, têm desempenhado um papel secundário na construção desse gênero. Conseqüentemente, várias tentativas de reforma da linguagem legal, inclusive por parte da campanha pelo inglês comum (veja Thomas: 1985; Eagleson: 1988; Kelly: 1988), têm alcançado, em sua maior parte, um sucesso muito limitado, pelo simples fato de que são vistas como transgressões da integridade genérica de toda a tradição do processo legislativo. Embora o movimento pelo inglês claro tenha sido bem sucedido em influenciar a reescritura de documentos administrativos e comerciais em geral (incluindo apólices de seguro, contratos de aluguel residencial, declarações do imposto de renda, solicitações de benefícios sociais e outros, possibilitando maior *acessibilidade* e *praticidade* a uma ampla parcela da sociedade), no que diz respeito às cláusulas legais, tem sido incapaz de flexibilizar significativamente a atitude dos legisladores em muitos países da comunidade britânica. O argumento para a preservação das características genéricas do discurso legal é que o verdadeiro poder legislativo, em todas as democracias parlamentares, deve permanecer com os legisladores, e não com o judiciário. Essa é uma das importantes razões por que clareza, precisão, não-ambigüidade e caráter inclusivo são valores tão altamente cultivados no discurso legislativo britânico, o que confere aos propósitos legislativos um grau relativamente elevado de transparência.

Embora, como Fairclough (1992, p.221) ressalta, a crescente pressão pela “democratização” das práticas discursivas em diversos outros contextos profissionais esteja intensificando e levando a uma “fragmentação das normas e convenções discursivas”, uma pressão semelhante para que se redijam leis em inglês comum tem sido consistentemente, e com muito sucesso, rejeitada pela comunidade legislativa de forma quase global. Os lobbies reformistas em muitos países, especialmente nos Estados Unidos, estão se tornando extremamente agressivos, mas é pouco provável

vel que consigam reduzir significativamente a chamada integridade dos gêneros legislativos, pelo menos em um futuro próximo. A comunidade legal tem sido bem sucedida em resistir a qualquer tentativa por parte de estranhos no sentido de minar a integridade genérica de algumas de suas formas discursivas mais prestigiadas. Obviamente, os membros da comunidade legal valorizam suas práticas discursivas e as usam para manter a solidariedade dentro da comunidade.

IV.I. Acesso privilegiado a práticas discursivas

Se, por um lado, as convenções genéricas dão expressão apropriada às intenções comunicativas dos escritores de gêneros (que são membros de uma dada comunidade discursiva), por outro lado, estes também adequam suas intenções às expectativas dos leitores a que se dirigem. Isso somente é possível quando todos os participantes compartilham não só o código mas também o conhecimento do gênero, o que inclui conhecer sua construção, interpretação e uso. Uma implicação necessária desse conhecimento compartilhado do gênero é que este normalmente não é acessível a estranhos, o que cria uma espécie de distância social entre os membros legítimos da comunidade discursiva e aqueles que são considerados como estranhos. Embora o conhecimento compartilhado crie condições de homogeneidade para os de dentro, ao mesmo tempo intensifica a distância social entre estes e os de fora, resultando, algumas vezes, em conseqüências desastrosas para quem não tem acesso a ele. Esse conhecimento pode residir na forma dos recursos lingüísticos utilizados para construir um gênero; ou na percepção das regras de uso da linguagem, algumas das quais são socialmente aprendidas, como aquelas associadas ao discurso de sala de aula ou outros gêneros acadêmicos, enquanto outras podem ser legalmente reforçadas, tal como aquelas relacionadas a procedimentos forenses. O tribunal é um contexto altamente formal em que a aplicação da justiça depende essencialmente da contribuição dada pelas testemunhas; no entanto, todas as formas de comportamento, inclusive quem diz o quê, estratégias de perguntas e respostas dos participantes e mesmo o conteúdo das perguntas e respostas, são estritamente controladas pelas regras do jogo, as quais a maioria das testemunhas ordinariamente desconhece. Muito poucas testemunhas detêm qualquer conhecimento sobre como sua contribuição é recebida, interpretada e usada pelos jogadores autorizados. Allen e Guy (1989) (citando uma comunicação pessoal de Worthington: 1984) relatam um excelente exemplo dessa falta de conhecimento compartilhado em uma audiência de tribunal:

Um policial, em seu dia de folga, baleou e matou um intruso dentro de uma loja. O inquérito descobriu um jogo de ferramentas de arrombamento nos fundos da loja. O promotor tentava provar que não havia base para presumir intenções criminosas, e que tinha havido um assassinato a sangue frio. A esposa da vítima

estava testemunhando para a promotoria. Agora, ela está sendo interrogada pela defesa:

Advogado de defesa: Poderia dizer à corte e aos jurados qual era a profissão de seu marido?

Esposa: Ele era um assaltante.

Isso deu suporte à alegação, por parte da defesa, de intenção criminosa e garantiu a absolvição do policial.

Se a esposa estivesse pelo menos um pouco mais familiarizada com as convenções do depoimento em tribunal, o trabalho do advogado de defesa não teria se tornado tão fácil.

Outro exemplo do uso de conhecimento interno para se ter acesso à informação pode ser ilustrado pela seguinte chamada publicitária do “Schroder Singapore Trust”:

“O Schroder Singapore Trust cresceu mais de 60% em 3 anos”

Essa informação pode ser extremamente enganosa, a não ser para quem está bem consciente das práticas discursivas da comunidade profissional dos agentes financeiros. Quem quer que tente entender a afirmação deve saber que esse crescimento de 60% em três anos, em seu valor nominal, pode ser no mínimo enganador. Embora o anúncio incluía a costumeira ressalva regulamentar em forma de nota em letras miúdas dizendo que “o desempenho anterior não indica necessariamente a performance futura, o preço das cotas tanto pode subir como descer, e não pode ser garantido”, um leigo ainda pode ser levado a pensar que seu investimento provavelmente lhe dará um retorno de aproximadamente 60%. Por outro lado, o fato é que o valor das cotas pode ter caído 100% por volta do último ano, e ainda pode estar, à época do anúncio, indicando uma tendência de queda. Há várias outras perspectivas possíveis, só acessíveis àqueles que possuem o conhecimento interior do modo como esses gêneros funcionam, e não a estranhos.

Se, por um lado, o poder do gênero pode ser visto como uma força legítima freqüentemente usada para manter a solidariedade dentro de uma comunidade disciplinar, por outro lado, essa força pode ser usada para manter os estranhos a uma distância respeitável. Por um lado, ela capacita uns, os membros da comunidade, enquanto ao mesmo tempo silencia a outros, especialmente os estranhos.

IV.IV. A função censora das comunidades discursivas

Berkenkotter e Huckin (1995), em seu estudo sobre a admissão em um congresso acadêmico, apresentam um interessante exemplo da força do controle genérico em contextos bem definidos. Com base na análise de resumos sub-

metidos à Conferência sobre Comunicação e Redação Universitária (CCRU), os autores afirmam que “os resumos bem avaliados... abordavam tópicos de interesse corrente entre os membros ativos e experientes da comunidade retórica e de produção de textos”, “eram considerados inovadores pelos membros experientes” e geralmente “mostravam muito do *ethos* de um membro [da comunidade]”. Baseados em seu estudo dos resumos da CCRU, nos quatro anos entre 1988 e 1992, os autores descobriram dois níveis principais de censura:

(a) a crítica externa e (b) o diretor do programa. Temos observado muitos casos em que os analistas atribuíram o conceito Excelente a um resumo e mesmo assim ele não foi incluído no programa. Presumivelmente, o diretor discordou do julgamento dos analistas... Em síntese, todo congresso leva a marca de seu censor principal. (Berkenkotter e Huckin: 1995, p.115)

Mais adiante, os mesmos autores afirmam que

Em um caso particularmente infeliz, um resumo muito interessante foi submetido à área de Comunicação Técnica certo ano, quando recebeu o conceito Excelente do revisor e do diretor do programa, mas não foi incluído no programa (presumivelmente porque “não se encaixava”). Foi levemente revisado e novamente submetido, no ano seguinte, à área de Análise do Discurso. Outra vez recebeu conceito Excelente mas não foi incluído no programa. A autora desse resumo provavelmente nunca soube que tinha produzido um resumo excepcional. Tudo que ela deve ter ficado sabendo foi que seu ensaio tinha sido rejeitado pelo programa. (Berkenkotter e Huckin: 1995, p.115).

V. HEGEMONIA E INGLÊS MUNDIAL

Outro aspecto importante do controle genérico surge da questão da atitude hegemônica na manutenção dos padrões genéricos, que em grande parte do discurso e dos estudos de gênero contemporâneos são essencialmente dominados e até determinados por convenções ocidentais. Conquanto seja verdade que o inglês é a língua global dominante e amplamente utilizada tanto para fins acadêmicos como profissionais, ele não é mais propriedade exclusiva de qualquer comunidade nacional, seja ela britânica, americana, australiana ou qualquer outra. À semelhança do críquete, também a língua inglesa se tornou mais universal não só em seu uso como em seu caráter. Considerando-se a atual realidade da variação no inglês, torna-se necessário pensar em termos das línguas inglesas do mundo, e não na língua inglesa como uma única variedade monolítica do inglês. Essa variação no uso do inglês ao redor do mundo tem alcançado um crescente reconhecimento por parte da literatura sociolinguística nos últimos dez anos mais ou menos. No entanto, em alguns dos gêneros, em especial aqueles usa-

dos na academia, o poder de controlar e manter os padrões genéricos pode ser, e muitas vezes é, atribuído à comunidade dominante, que sem dúvida trata-se da comunidade ocidental. O que quer que pareça diferente das normas estabelecidas pela comunidade dominante será visto como deficiente e necessitado de correção.

Em algumas áreas, os escritores de gêneros têm se tornado cada vez mais sensíveis ao conhecimento local e têm começado a construir, interpretar e usar os gêneros em formas que evidenciam tal sensibilidade, especialmente no caso da publicidade e de alguns outros gêneros comerciais, em que tem se tornado uma prática habitual o desenvolvimento de equipes locais para atuar ao lado dos estrangeiros na maioria das empresas multinacionais de publicidade. Também não é difícil de entender a razão de tal sensibilidade. No caso dos gêneros acadêmicos, especialmente na publicação de pesquisas, as políticas ainda são controladas pelos detentores do poder. Boa parte do discurso acadêmico ainda não consegue reconhecer as fontes de variedades, especialmente aquelas da marginalidade e da exclusão, dando a impressão de que não há, ou não deveria haver, qualquer variação no modo como os gêneros são construídos, interpretados e usados.

VI. IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DA LÍNGUA

Quais são as implicações de tudo isso para o ensino da língua? A análise aplicada de gêneros, ao contrário de muitas outras estruturas analíticas, não é estática nem prescritiva. Potencialmente, ela é dinâmica e descritiva. Cabe ao professor de línguas usá-la do modo que desejar, ou para uma exploração inovadora dos recursos genéricos ou para uma exposição limitada dos contextos genéricos padronizados. Embora seja essencial para o aluno a familiaridade com as convenções genéricas especificamente associadas a um contexto profissional particular, não é necessário nem desejável restringir a experiência do comportamento linguístico apenas aos aspectos convencionais e padronizados da construção e uso dos gêneros.

Como é possível usar de criatividade no ensino/aprendizagem da língua baseado em gêneros? Uma vez que a análise de gêneros fornece uma descrição sólida do comportamento linguístico em contextos profissionais, é possível introduzir uma boa dose de criatividade no ensino da língua, adaptando os propósitos comunicativos, a natureza da participação em um dado contexto comunicativo, a relação social e profissional entre os participantes de um exercício de construção de gênero qualquer e, acima de tudo, apresentando a variabilidade no uso de estratégias genéricas para o alcance de propósitos comunicativos similares.

Devo dizer que há duas escolas de pensamento: os que crêem no ensino explícito de gêneros, especialmente regularidades de forma textual e tipificação, e outros que consideram isso muito limitador e defendem a livre expres-

são. Contudo, a verdade está em algum ponto intermediário. Todos os gêneros, primários ou secundários, envolvem regularidades e, portanto, essas regularidades devem ser aprendidas por qualquer um que alimente a mínima ambição de participar de uma comunidade disciplinar especializada. Como afirma Bakhtin (1986, p.80), “os gêneros devem ser perfeitamente dominados, para serem usados criativamente”.¹ No entanto, para fazer disso uma realidade, o primeiro pré-requisito é estar consciente do conhecimento convencional situado dentro de um gênero disciplinar específico ou dentro de um “sistema de gêneros”.

Bazerman (1993) tenta resolver essa tensão entre a expressão institucionalizada e a expressão individual quando afirma:

... o indivíduo aprende a expressar a si mesmo em face a uma sociedade compulsiva... não somos nós mesmos porque nos posicionamos separados uns dos outros. Tornamo-nos nós mesmos quando nos percebemos na relação com os outros. Social é tudo que fazemos uns com os outros e o que nos tornamos por assim fazê-lo. Individualizamos-nos ao nos identificarmos dentro de um panorama social, um panorama que se dá a conhecer à medida que interagimos com ele. Descobrimo-nos e criamo-nos a nós mesmos e aos outros por meio do que fazemos uns com outros. (Bazerman: 1993, p.viii)

Há pelo menos três coisas que se destacam claramente da discussão precedente. Primeiro, os estudantes da língua devem ter consciência dos diálogos na comunidade disciplinar da qual aspiram se tornar membros, que podem se realizar através de “participação centrípeta no currículo de aprendizagem da comunidade ambiente” (Lave e Wenger: 1991, p.100). Segundo, a aquisição do conhecimento de gênero, que leva a uma compreensão da integridade genérica, é necessária mas não suficiente para qualquer exploração ou manipulação subseqüentes das convenções genéricas. Finalmente, o conhecimento de gêneros deve ser visto preferencialmente como um recurso para a exploração das convenções genéricas, a fim de responder a situações retóricas recorrentes, ou nem tão recorrentes, e não como um esquema a ser copiado.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERCROMBIE, D. (1967). *Elements of general phonetics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- ALLEN, Donald E., GUY, Rebecca F. (1989). Non-routine conversation in operational crisis. In: COLEMAN, H., ed. *Working with language: a multidisciplinary consideration of language use in work contexts*. Berlin-New York: Mouton de Gruyter.

- AMSTERDAMSKA O., LEYDESDORFF, L. (1989). Citations: indicators of significance?, *Scientometrics*, 15: 449-471.
- BAKHTIN, M. The problem of speech genres. In: EMERSON, C., HOLQUIST, M., eds. *Speech genres and other late essays*. Austin: University of Texas Press, 1986, p. 60-102.
- BAZERMAN, C. Prefácio a BLYLER, N. R., THRALLS, C., eds. *Professional communication: the social perspective*. London: SAGE Publications, 1993, p. VII-VIII.
- BERKENKOTTER, C., HUCKIN, T. N. (1995). *Genre knowledge in disciplinary communication: cognition, culture, power*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- BHATIA, V. K. *Applied discourse analysis of English legislative writing*. A language studies unit research report. Birmingham: University of Aston, 1983.
- _____. *Analysing genre: language use in professional settings*. London: Longman, 1993.
- _____. Generic integrity in professional discourse. In: GUNNARSSON, B. L., LINEL, P., NORDBERG, B., eds. *Text and talk in professional contexts*. Uppsala: ASLA's skriftserie, 6, 1994.
- _____. Genre-mixing in professional communication: the case of “private intentions” v. “socially recognised purposes”. In: BRUTHIAUX, P. BOSWOOD, T, BERTHA, B., eds. *Explorations in English for professional communication*. Hong Kong: City University of Hong Kong.
- BRIGHT, W. The view from the editor's desk: 30 years of American Linguistics. A talk given at the City University of Hong Kong, 1996.
- BRUFFEE, K. A. Social construction, Language and the authority of knowledge: a bibliographical essay, *College Composition*, 48: 730-790, dez. 1986.
- CANDLIN, C. N. Prefácio a BHATIA, V. K. *Analysing genre: language use in professional settings*. London: Longman, 1993.
- COOK, G. *Discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- DUDLEY-EVANS, T. Genre analysis: an investigation of the introduction and discuss sections of M. Sc. dissertations. In: COULTHARD, M., ed. *Talking about text*. Birmingham: University of Birmingham, 1986.
- EAGLESON, R. D. Efficiency in legal drafting. In: KELLY, D., ed. *Essays on legislative drafting: in honour of J Q Ewens*. The Adelaide Law Review Association, 1988, p. 13-27.

¹ Na versão em português, o texto de Bakhtin diz: “... para usá-los livremente, é preciso um bom domínio dos gêneros” (BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 303.) [N. do T.]

- FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London: Longman, 1989.
- _____. *Discourse and social change*. London: Polity, 1992.
- _____. *Critical discourse analysis and the marketization of public discourse: the universities*, *Discourse & Society*, 4(2): 133-168, 1993.
- FEATHERSTONE, M. *Consumer culture and postmodernism*. London: Sage, 1991.
- FOUCAULT, M. *The archaeology of knowledge*. New York: Pantheon Books, 1981.
- FOWLER, A. *Kinds of literature*. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- GOODRICH, P. *Legal Discourse*: London: Macmillan, 1987.
- HALLIDAY, M. A. K., HA SAN, R. *Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Victoria: Deakin University Press, 1985.
- HUDSON, K. *The jargon of the professions*: London: The Macmillan Press, 1979.
- JAMIESON, K. M. Generic constraints and the rhetorical situation, *Philosophy and Rhetoric*, 6: 162-170, 1973.
- _____. Antecedent genre as rhetorical constraint, *Quarterly Journal of Speech*, 61:1975.
- KATHPALIA, S. S. *A genre analysis of promotional texts*. National University of Singapore: unpublished Ph. D. Thesis, 1992.
- KELLY, D. L. (ed.) *Essays on legislative drafting: in honour of J Q Ewens*. The Adelaide Law Review Association, 1988.
- KRESS, G. Genre in a social theory of language: a reply to John Dixon. In: REID, I., ed. *The place of genre in learning: current debates*. Geelong: Deakin University Press, 1987.
- LAVE, J., WENGER, E. *Situated Learning: legitimate peripheral participation*. Cambridge, MA : Cambridge University Press, 1991.
- MARTIN, J. R. Process and text: two aspects of human semiosis. In: BENSON, J. D., GREAVE, W. S., eds. *Systemic perspectives on discourse*. Norwood, NJ: Blex, 1985, p. 248-274.
- _____. A contextual theory of language. In: COPE, B., KALANTZIS, M. (eds.) *The powers of literacy: a genre approach to teaching writing*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1993, p. 116-136.
- MARTIN, J. R., CHRISTIE, E., ROTHERY, J. Social processes in education: a reply to Sawyer and Watson (and others). In: REID, I., ed. *The place of genre in learning: current debates*. Geelong: Deakin University Press, 1987.
- MILLER, C. R. Genre as social action. *Quarterly Journal of Speech*, 70: 151-167, 1984.
- MUNBY, J. *Communicative syllabus design*: Cambridge: Cambridge University Press: 1978.
- MYERS, G. Disciplines, departments, and differences. In: GUNNARSSON, B. L., BACKLUND, I., eds. *Writing in academic contexts*: Uppsala University, 1995, p. 3-11.
- REID, I., ed. *The place of genre in learning: current debates*. Geelong: Deakin University Press, 1987
- SWALES, J. M. *Aspects of article introductions*. University of Aston in Birmingham: LSU Research Report, 1981.
- _____. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. Genre and engagement, *Revue Belge de Philologie et d'histoire*, 1993.
- THOMAS, R. Plain English and the law, *Statute Law Review*, 9(3): 144, 1985.